

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## TERMO DE COLABORAÇÃO N. 032/2024

**TERMO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES E A ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA COM ESPERANÇA DA GRANDE SÃO PAULO - ACESP, TENDO POR OBJETO A SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO SEGMENTO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE PARA ACOLHIMENTO PROVISÓRIO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.**

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, inscrita no CNPJ nº 46.522.967/0001-34, Sítio na Rua Miguel Prisco, 288, Centro, Ribeirão Pires - SP, neste ato representada pela Secretária Interina de Assistência, Participação e Inclusão Social, Sra. Michelle Mariz Nogueira, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA COM ESPERANÇA DA GRANDE SÃO PAULO - ACESP**, situada a Rua Eraldo de Paula, nº 350, Tanque Caio, Ribeirão Pires – SP, CEP 09435-580, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.383.013/0001-76, neste ato representada estatutariamente pelo Sr. Ronaldo Omena de Lima, portador da cédula de identidade RG nº 25.115.107-4 e inscrito no CPF/MF sob 195.301.208-69, residente e domiciliado à Rua Kanji Miyazaka, nº 297, Jardim Dos Eucaliptos, Ribeirão Pires – SP, CEP 09440-200, doravante designado simplesmente **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, resolvem firmar o presente Termo, nos autos do processo nº 4638/2023, conforme as seguintes cláusulas:

### DO OBJETO

**Cláusula primeira** – O presente Termo de Colaboração tem por objeto a efetiva participação e cumprimento, pela **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, habilitada no Chamamento Público de número 012/2023, de acordo com o Plano de Trabalho, elaborado nos moldes da minuta que acompanha o presente.

### DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

**Cláusula segunda** – Em atendimento à parceria ora firmada, o MUNICÍPIO se obriga a:

I – Efetuar os repasses de recursos à ORGANIZAÇÃO SOCIAL para a execução do objeto desta Colaboração, no valor de **R\$ 431.904,00 (quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e quatro reais)**, através de depósito bancário na conta corrente nº 43.942-8 Agência nº 0869-9, Banco do Brasil, utilizado pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL para cumprimento do presente Termo de Colaboração, mediante apresentação dos comprovantes referentes às despesas efetuadas;

II – Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, bem como apoiar tecnicamente a ORGANIZAÇÃO SOCIAL em decorrência da execução das atividades, objeto desta Colaboração;

III – Promover o monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto desta parceria, conforme artigo 58, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

IV – Realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do Plano de Trabalho, sempre que possível, caso a vigência desta parceria se prorrogue por mais de 1 (um) ano, conforme artigo 58, §2º, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

V – Assinalar prazo para que a ORGANIZAÇÃO SOCIAL adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes;

VI – Publicar o extrato deste Termo de Colaboração e de seus eventuais aditivos no Diário Oficial do MUNICÍPIO em até 5 (cinco) dias úteis após a sua celebração, no qual também deverá constar o nome do servidor público ou empregado público designado como gestor desta parceria, nos termos do artigo 38 da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações e do artigo 30, §§1º e 3º do Decreto Municipal n. 6.556/2021;

VII – Disponibilizar em até 5 (cinco) dias úteis após a celebração do Termo de Colaboração a íntegra do instrumento de parceria no sítio eletrônico da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, nos termos do artigo 30, §1º do Decreto Municipal n. 6.556/2021.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

**Cláusula terceira** – Em atendimento à parceria ora firmada, a ORGANIZAÇÃO SOCIAL se obriga a:

I – Executar de forma regular, integral e satisfatória o objeto deste Termo de Colaboração, conforme o Plano de Trabalho proposto pela Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social;

II – Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este Termo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto, conforme preceitua o artigo 42, inciso XV, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

III – Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme preceitua o artigo 42, inciso XIX, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

IV – Responsabilizar-se exclusivamente pelos pagamentos dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Colaboração, conforme preceitua o artigo 42, inciso XX, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

V – Manter, durante o prazo de vigência deste Termo de Colaboração, a regularidade das obrigações perante a Previdência Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VI – Comunicar o MUNICÍPIO de toda e qualquer alteração ocorrida em seus Estatutos Sociais, mudanças de diretoria ou substituição de seus membros;

VII – Realizar fiel e integralmente os serviços contratados com terceiros, na forma da legislação em vigor;

VIII – Possuir instalações, condições materiais, recursos humanos e equipamentos sociais adequados e compatíveis com a capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento dos serviços assistenciais que os obriga a prestar, com vistas ao cumprimento do objeto

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

desta Colaboração e das metas estabelecidas, respeitando-se integralmente o disposto neste Termo e o que se exige no artigo 33, inciso V, alínea c, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

IX – Zelar pela manutenção da qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social vigente;

X – Responsabilizar-se pela manutenção, reforma e ampliação do espaço físico;

XI - Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelo(os) serviço(s) assistencial(is), sem discriminação de qualquer natureza, zelando pela segurança e integridade física dos(as) usuários(as);

XII – Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO na prestação dos serviços objeto desta Colaboração, mediante apresentação dos comprovantes referentes às despesas efetuadas;

XIII – Apresentar mensalmente ao MUNICÍPIO, e até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas, além da relação nominal e documentos de todos os assistidos, conforme o roteiro fornecido pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, a fim de comprovar que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho;

XIV – Assegurar ao MUNICÍPIO, através do Setor de Monitoramento e Avaliação da Assistência, Participação e Inclusão Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social, as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto desta Colaboração, permitindo à Prefeitura o acompanhamento “*in loco*” e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento;

XV – Promover a contratação dos funcionários e comunicar o MUNICÍPIO sempre que houverem alterações e substituições destes funcionários;

XVI – Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, nos termos do art. 11, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

XVII – Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria, manter os recursos aplicados no mercado aberto em títulos da dívida pública quando os recursos forem utilizados em prazo inferior a 30 (trinta) dias, e em caderneta de poupança quando não utilizados no prazo superior as 30 (trinta) dias;

XVIII – Realizar os pagamentos mediante transferência eletrônica para a conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços. Demonstrada a impossibilidade do pagamento mediante transferência eletrônica, será admitida a realização de pagamentos em espécie, sempre mediante a apresentação de recibo, nos termos do artigo 53 da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações e do artigo 34 do Decreto Municipal n. 6.556/2021;

XIX – Elaborar e entregar o balanço patrimonial, o balancete analítico anual, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração das origens e aplicação dos recursos da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, segundo as normas contábeis vigentes para o terceiro setor, documentos devidamente assinados pelo responsável técnico com registro no CRC;

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

XX – Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas, nos termos do artigo 68, parágrafo único, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações;

XXI - Alimentar os sistemas de controle de dados dos serviços informatizados de suporte à política pública municipal de Assistência Social ou manuais, adotados pela Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social, bem como os decorrentes das normas expedidas pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo.

### **DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**Cláusula quarta** – O valor total da presente Colaboração é de **R\$ 435.504,00** (quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quatro reais), sendo: **R\$ 431.904,00** (quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e quatro reais) de repasse do município e **R\$ 3.600,00** (três mil, e seiscentos reais) de contrapartida da entidade, onerando a rubrica orçamentária da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social.

§ 1º – Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta da dotação orçamentária, ficha 268 – classificação funcional 08.242.0062.2.255, categoria econômica 3.3.50.39.00 - fonte 01 – MUNICIPAL.

§ 2º – É responsabilidade exclusiva da ORGANIZAÇÃO SOCIAL o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento, de pessoal, incluindo-se os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, bem como qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução, conforme já estipulado na cláusula terceira.

### **CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

**Cláusula quinta** – O MUNICÍPIO repassará à ORGANIZAÇÃO SOCIAL o valor de **R\$ 431.904,00 (quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e quatro reais)**, oriundos da esfera Municipal, Estadual e Federal, durante o período de 12 (doze) meses, através de depósito bancário, conforme conta mencionada no inciso I da cláusula segunda deste instrumento.

### **DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS**

**Cláusula sexta** – A ORGANIZAÇÃO SOCIAL prestará contas ao MUNICÍPIO da seguinte forma:

I – Contas parciais: serão prestadas de acordo com as Instruções Normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do repasse, devendo conter a documentação comprovadora (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos mensalmente, conforme descrito no Plano de Trabalho, devidamente acompanhado de Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e a rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas, relação nominal dos atendidos conforme Anexo RP-14 (REPASSES AO TERCEIRO SETOR - DEMONSTRATIVO INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO) da Instrução Normativa n. 02/2016, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TC-A – 011476/026/16).

II – Contas anuais: deverá ser apresentada a prestação de contas do recurso total recebido no exercício, incluindo rentabilidade, até o dia 30 de janeiro do exercício subsequente, nos moldes das Instruções Normativas vigentes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

**Cláusula sétima** – É vedada a realização das seguintes despesas com os recursos destinados à execução do Termo de Colaboração:

- a) Não previstas no Plano de Trabalho;
- b) Com o pagamento, a qualquer título, servidor ou empregado público de qualquer esfera de governo, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública ou parente de dirigente da própria entidade, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica;
- c) Com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, salvo se tratar de encargos de mora comprovadamente decorrentes unicamente de atraso na liberação de repasses por culpa exclusiva da administração pública, e no caso dos termos de fomento em que se admitem despesas com taxas bancárias exclusivamente da conta específica da parceria;
- d) Com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, servidores públicos, representantes ou dirigentes da organização da sociedade civil parceira ou com quem ela mantenha atividade no curso da parceria;
- e) Com a aquisição de veículos automotores de qualquer natureza;
- f) Que não guardem nexo de causalidade com a execução do objeto, ainda que em caráter de emergência, salvo no caso de insumo ligado aos cuidados sanitários de pandemia;
- g) Com ornamentação e cerimonial.

**Cláusula oitava** – Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência da Colaboração enviadas para o MUNICÍPIO.

**Cláusula nona** – Apresentada a prestação de contas parcial e anual, a Comissão de Monitoramento e Avaliação emitirá parecer:

- I – Homologando os relatórios de fiscalização;
- II – Técnico, quanto à execução física e atingimento dos objetivos da Colaboração;
- III – Financeiro, quanto à correta e regular aplicação dos recursos da Colaboração.

**Cláusula décima** – Os valores repassados deverão ser utilizados dentro do período para os quais se destinam. Eventuais saldos não utilizados deverão ser restituídos aos cofres municipais até o dia 31 de janeiro do exercício subsequente, podendo o MUNICÍPIO autorizar, a seu critério e de forma fundamentada, solicitações de prorrogação de prazo para aplicação dos recursos e prestação de contas, desde que atendidas as exigências do artigo 25, §2º, da Lei n. 101/2000 (LRF) e das Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**Parágrafo único** – A aplicação de recursos e a prestação de contas de que trata esta cláusula só poderão ser prorrogadas mediante requisição prévia, justificativa, autorização formal do MUNICÍPIO e desde que estabelecido um prazo máximo para esta prestação de contas e para a utilização destes recursos, não superior a 90 (noventa) dias.

**Cláusula décima primeira** – A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nas Cláusulas 6ª a 10ª, ou a sua não aprovação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, importará na suspensão das liberações subsequentes até a correção das impropriedades ocorridas.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **DO PLANO DE TRABALHO**

**Cláusula décima segunda** – O Plano de Trabalho proposto pelo MUNICÍPIO deverá ser integralmente cumprido pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, nos termos do artigo 22, da Lei n. 13.019/2014 e suas alterações, contendo:

Parágrafo único – Excepcionalmente, admitir-se-á à ORGANIZAÇÃO SOCIAL propor a reformulação do Plano de Trabalho, sendo vedada a mudança de objeto. Caberá ao Monitoramento da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social apreciar a solicitação e se manifestar a respeito, no prazo máximo de trinta dias.

**Cláusula décima terceira** – Constarão como anexos do instrumento de parceria, o Plano de Trabalho, que dele é parte integrante e indissociável.

## **DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS**

**Cláusula décima quarta** – A Comissão instituída através da Portaria n. 35.960, de 04/10/2023 realizará o monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo do monitoramento pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão Pires.

## **DAS IRREGULARIDADES**

**Cláusula décima quinta** – Qualquer irregularidade concernente à presente Colaboração deverá ser imediatamente comunicada ao MUNICÍPIO, que deliberará quanto à implicação de possíveis sanções.

## **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Cláusula décima sexta** – O não cumprimento das cláusulas deste Termo de Colaboração, bem como a inexecução injustificada, total ou parcial, dos serviços, programas, atividades, projetos desta parceria ou legislação que a rege constituem irregularidades passíveis das seguintes penalidades, aplicadas cumulativamente e/ou progressivamente, obedecida a proporcionalidade:

I – Advertência formal;

II – Suspensão do repasse;

III – Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de parceria (colaboração ou fomento) e contratos com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termo de colaboração ou fomento e contratos com órgãos e entidades em todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após a organização da sociedade civil ressarcir os cofres públicos pelos prejuízos resultantes, e após o prazo da sanção aplicada com base no inciso III deste dispositivo.

§ 1º – As sanções estabelecidas nos incisos de I a IV são de competência exclusiva do MUNICÍPIO, facultada a defesa do(a) interessado(a) no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

§ 2º – Constatada a ocorrência de irregularidades, a ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá ser notificada por meio formal, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

§ 3º – A ORGANIZAÇÃO SOCIAL deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir da data do recebimento da notificação de irregularidades, justificativa e proposta de correção para apreciação e decisão pela Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social.

§ 4º – A cópia da notificação de ocorrências de irregularidades, devidamente assinada pelas partes, da justificativa e da proposta de correção integrarão o processo administrativo identificado no preâmbulo do presente Termo.

### **DAS ALTERAÇÕES**

**Cláusula décima sétima** – A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pelo MUNICÍPIO, no caso de atraso no repasse, ou por solicitação da Organização Social, no prazo de 30 (trinta) dias antes do vencimento.

Parágrafo único – O Plano de Trabalho da parceria poderá ser alterado para a revisão de valores, vigência ou das metas, mediante Termo Aditivo ao Plano de Trabalho original, para remanejamento, com solicitação e justificativa prévia, sempre mediante aprovação do MUNICÍPIO.

### **DA RESTITUIÇÃO**

**Cláusula décima oitava** – A ORGANIZAÇÃO SOCIAL se compromete a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelo índice previsto na Lei Orgânica Municipal de Ribeirão Pires, ou outro índice que o substitua, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

I – A inexecução do objeto desta Colaboração;

II – Não apresentação do relatório de execução físico-financeira e prestação de contas no prazo exigido;

III – Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida;

IV – Solicitação de prorrogação de prazo para aplicação de recurso de que trata a cláusula décima e sua não utilização dentro do prazo apontado.

Parágrafo único – Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão desta, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração Pública, se não for para uso no respectivo objeto, devem ser restituídos e incorporados ao patrimônio do MUNICÍPIO.

### **DA VIGÊNCIA, DA RESOLUÇÃO E DA DENÚNCIA**

**Cláusula décima nona** – Esta Colaboração passa a vigorar a partir da data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos para 02/01/2024 com vigência até 31/12/2024 conforme Lei Municipal n. 6.556/2021 e alcançará a execução completa do Plano de Trabalho que integra este instrumento.

§ único – Esta Colaboração poderá ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, à critério do MUNICÍPIO, após manifestação por escrito do titular da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social e posterior ao parecer da equipe técnica e anuência do CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social).

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

**Cláusula vigésima** – A presente Colaboração poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

**Cláusula vigésima primeira** – Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Colaboração, caberá à ORGANIZAÇÃO SOCIAL apresentar ao MUNICÍPIO, no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

**Cláusula vigésima segunda** – É prerrogativa do MUNICÍPIO assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

**Cláusula vigésima terceira** – Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula vigésima quarta** – Esta parceria é regida pela legislação em vigor, sobretudo pela Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações, pela Lei Municipal n. 6.556/2021, a elas se submetendo.

**Cláusula vigésima quinta** – Fica Eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Pires para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

As partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, e na presença de duas (02) testemunhas.

Ribeirão Pires, 31 de Janeiro de 2024.

**MICHELLE MARIZ NOGUEIRA**  
**SECRETÁRIA INTERINA DE ASSISTÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL**

**ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA COM ESPERANÇA DA GRANDE SÃO PAULO - ACESP**  
**RONALDO OMENA DE LIMA**

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_



# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO:

**1.1.** As atividades a que se refere esta parceria circunscrevem-se à execução de **SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE PARA ACOLHIMENTO PROVISÓRIO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.**

**1.2.** A execução dos serviços continuados tipificados, objeto do presente Termo de Referência, deverão obrigatoriamente estar de acordo com o estabelecido na **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais)**, bem como princípios, diretrizes e orientações constantes nos documentos de Orientações Técnicas publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

**1.3.** São diretrizes da Política Municipal de Assistência Social:

I. Caráter público da gestão dos serviços socioassistenciais;

II. Matricialidade sociofamiliar;

III. Territorialidade;

IV. Intersetorialidade e articulação das ações da rede socioassistencial e demais políticas sociais;

V. Educação permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

VI. Participação popular e controle social;

VII. Exercício laico das ações socioassistenciais, tanto para usuários quanto para profissionais que desempenham suas funções junto aos respectivos serviços, sendo que as atividades religiosas não se constituem como ações da política de assistência social;

VIII. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, e oferta gratuita nas prestações dos serviços socioassistenciais.

**Parágrafo único. O caráter público da gestão dos serviços socioassistenciais compreende o comando único das ações de assistência social, a gestão operacional, o monitoramento, a avaliação e o acompanhamento da execução das ações realizadas pela administração pública através da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social.**

### **1.4. Meta:**

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>META</b>	<b>Valor Global para 2024 (R\$)</b>
A partir de 18 anos	40	431.904,00

**1.5.** A apresentação de propostas deste Termo de Referência vincula a organização da sociedade civil ao atendimento de metas referenciadas pela administração pública através da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social.

**1.6.** O valor de referência total estimado pelo Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, considerado o período de 12 meses é de R\$ 431.904,00 (quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e quatro reais).

### **2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

**2.1.** O prazo de vigência da parceria será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo, prorrogável a critério da Administração, até o limite legalmente permitido.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

**3.1.** A continuidade das atividades nos exercícios financeiros subsequentes fica condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como à aprovação da prestação de contas.

**3.2.** Os serviços serão executados no espaço disponibilizado pela entidade parceira conforme as normas indicadas no item 4.

**3.3.** A eventual mudança no endereço do atendimento deverá contar com prévia aquiescência do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

## **4. METODOLOGIA:**

**4.1.** A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

**4.2.** O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

**4.3.** As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

**4.4.** O serviço deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar.

**4.5.** As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

**4.6.** O processo de acompanhamento, bem como de desligamento dos usuários, deve ser construído pela equipe técnica da OSC e do CREAS, juntamente com o atendido, a partir do Plano Individual de Atendimento (PIA), conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e detalhado no texto de Orientação para o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para População Adulta e Famílias em Situação de Rua.

**4.7.** O instrumental do PIA será elaborado em conjunto pela equipe técnica do serviço e técnico de referência da Unidade de Gestão de Assistência Social, **CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social**.

**4.8.** Durante o acompanhamento devem ser consideradas as peculiaridades de cada situação, sendo fundamental que as equipes dos serviços pautem seu trabalho considerando que o público atendido encontra-se em processo inicial de reorganização, havendo necessidade de flexibilidade na adoção de estratégias.

## **5. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:**

### **5.1. Caracterização do Serviço:**

**5.1.1.** O Serviço de Proteção Social Especial de alta complexidade na modalidade Acolhimento Institucional para pessoas adultas em situação de rua se caracteriza como acolhimento provisório com privacidade para pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento. Deve estar distribuído no espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **5.2. Usuários:**

**5.2.1.** Indivíduos adultos a partir de 18 anos de ambos os sexos, sem qualquer exclusão quanto à identificação de gênero e famílias em situação de violação de direitos por abandono, falta de moradia, afastamento temporário ou permanente do convívio familiar, migração, sem condições de autossustento que fazem das ruas do Município de Ribeirão Pires seu local de moradia.

**5.2.2.** O usuário poderá permanecer no serviço pelo período de 06 (meses), podendo ser prorrogado por igual período, não excedendo o limite de 12 (doze) meses.

## **5.3. Objetivos:**

**5.3.1.** Acolher e garantir proteção integral;

**5.3.2.** Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;

**5.3.3.** Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;

**5.3.4.** Possibilitar a convivência comunitária;

**5.3.5.** Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;

**5.3.6.** Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;

**5.3.7.** Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais, internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público;

**5.3.8.** Desenvolver condições para a independência e o autocuidado;

**5.3.9.** Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva.

## **5.4. Abrangência:**

**5.4.1.** O serviço deve ser executado obrigatoriamente no âmbito do Município de Ribeirão Pires, atendendo a indivíduos que estejam em situação de rua.

## **5.5. Configuração do Trabalho:**

### **5.5.1. Provisões Institucionais, Físicas e Materiais:**

**5.5.1.1.** A OSC deverá disponibilizar espaço adequado para moradia dos usuários, que garanta endereço de referência, condições para repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, vestuário, lavagem e secagem de roupas, banho e higiene pessoal, recepção, quartos com capacidade para no máximo 04 (quatro) pessoas, sala para atividades coletivas, despensa e cozinha.

**5.5.1.2.** O serviço deve, ainda, conter sala para atendimento técnico individual, que garanta a privacidade e o sigilo dos atendimentos.

**5.5.1.3.** Todo o espaço deve possuir acessibilidade de acordo com as normas da ABNT.

**5.5.1.4.** Material permanente e material de consumo necessário para o desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computador, impressora, telefone, camas, colchões, roupas de cama e banho, utensílios para cozinha, material de limpeza e higiene, vestuário, entre outros;

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

**5.5.1.5.** Materiais pedagógicos, culturais e esportivos;

**5.5.1.6.** Recursos Operacionais:

Planejamento operacional necessário para o desenvolvimento do objeto, tais como: contratação de serviços de terceiros; transporte, telefone, internet, energia elétrica, entre outros.

**5.5.1.7.** Fornecimento aos usuários de, no mínimo, 05 refeições diárias (café da manhã, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar), contendo alimentação saudável e balanceada.

**5.5.2.** Trabalho social essencial ao serviço:

**5.5.2.1.** acolhida/Recepção;

**5.5.2.2.** escuta;

**5.5.2.3.** desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social;

**5.5.2.4.** estudo social;

**5.5.2.5.** apoio à família na sua função protetiva;

**5.5.2.6.** orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais com resolutividade;

**5.5.2.7.** construção de plano individual e/ou familiar de atendimento;

**5.5.2.8.** orientação sociofamiliar;

**5.5.2.9.** protocolos;

**5.5.2.10.** acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados;

**5.5.2.11.** referência e contrarreferência;

**5.5.2.12.** elaboração de relatórios e/ou prontuários;

**5.5.2.13.** trabalho interdisciplinar;

**5.5.2.14.** diagnóstico socioeconômico;

**5.5.2.15.** Informação, comunicação e defesa de direitos;

**5.5.2.16.** orientação para acesso à documentação pessoal;

**5.5.2.17.** atividades de convívio e de organização da vida cotidiana;

**5.5.2.18.** inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o trabalho;

**5.5.2.19.** estímulo ao convívio familiar, grupal e social;

**5.5.2.20.** mobilização, identificação da família extensa ou ampliada;

**5.5.2.21.** mobilização para o exercício da cidadania;

**5.5.2.22.** articulação da rede de serviços socioassistenciais;

**5.5.2.23.** articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos;

**5.5.2.24.** articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;

**5.5.2.25.** monitoramento e avaliação do serviço;

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

**5.5.2.26.** organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre organizações governamentais e não governamentais e sobre o Sistema de Garantia de Direitos;

**5.5.2.27.** cuidados pessoais.

### **5.5.3. Aquisições dos Usuários:**

**5.5.3.1.** Segurança de acolhida: ser acolhido em condições de dignidade; ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas; ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto à higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto; ter acesso à alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidades específicas; ter acesso à ambiência acolhedora e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário e guarda de pertences pessoais.

**5.5.3.2.** Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social: ter acesso a benefícios, programas, outros serviços socioassistenciais e demais serviços públicos; ter assegurado o convívio familiar, comunitário e/ou social.

**5.5.3.3.** Segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social: ter endereço institucional para utilização como referência; ter vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania; ter acesso a atividades, segundo suas necessidades, interesses e possibilidades; ter acompanhamento que possibilite o desenvolvimento de habilidades de autogestão, auto sustentação e independência; ter respeitados os seus direitos de opinião e decisão; ter acesso a espaços próprios e personalizados, ter acesso à documentação civil; obter orientações e informações sobre o serviço, direitos e como acessá-los; ser ouvido e expressar necessidades, interesses e possibilidades; desenvolver capacidades para autocuidados, construir projetos de vida e alcançar a autonomia; ter ampliada a capacidade protetiva da família e a superação de suas dificuldades; ser preparado para o desligamento do serviço; avaliar o serviço.

### **5.5.4. Condições de Acesso:**

**5.5.4.1.** Por encaminhamento do CREAS, da rede socioassistencial, demanda espontânea e demais políticas públicas.

### **5.5.5. Período de funcionamento:**

**5.5.5.1.** O serviço funcionará de maneira ininterrupta (24 horas).

### **5.5.6. Articulação em Rede:**

**5.5.6.1.** Articulação com demais serviços socioassistenciais e serviços de outras políticas públicas setoriais, em especial com serviços de Saúde;

**5.5.6.2.** Articulação com serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias;

**5.5.6.3.** Articulação com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

### **5.5.7. Impacto Social Esperado:**

**5.5.7.1.** Contribuir para redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;

**5.5.7.2.** Contribuir para a proteção social de famílias e indivíduos;

**5.5.7.3.** Contribuir para a identificação de situações de violação de direitos;

Contribuir para a redução do número de pessoas em situação de rua.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

### **5.6. Indicadores de avaliação:**

**5.6.1.** As ações de monitoramento e avaliação do gestor público e da CMA (Comissão de Monitoramento e Avaliação) compreendem a verificação:

- I. o número de atendimentos correspondente às metas estabelecidas no Plano de Trabalho;
- II. Da permanência da equipe de referência de acordo com os termos do Plano de Trabalho durante todo o período de vigência;
- III. Das estratégias metodológicas conforme descritas no Plano de Trabalho apresentado;

### **5.6.2. Os procedimentos de monitoramento e avaliação ocorrerão por meio de:**

- I. Análise de dados, coletados através de instrumentos específicos, da execução das ações desenvolvidas em cada serviço;
- II. Visitas técnicas in loco, previamente agendadas, ou não;
- III. Reuniões de monitoramento, individuais e/ou coletivas;
- IV. Estratégias de avaliação dos serviços junto aos usuários, conforme Lei nº 6.556, de 02 de março de 2021.

### **5.7. Normas Gerais:**

**5.7.1.** Para os efeitos deste Termo de Referência, aplica-se o conceito de equipe de trabalho previsto na Lei nº 6.556, de 02 de março de 2021.

**5.7.2.** A organização da sociedade civil selecionada não poderá cobrar do usuário, ou de seu acompanhante, qualquer complementação ao valor pago, seja em pecúnia ou materiais, pelo serviço prestado nos termos deste Edital.

**5.7.3.** A organização da sociedade civil selecionada será responsável pela cobrança indevida, feita ao usuário ou seu acompanhante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução dos serviços.

**5.7.4.** Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar, exercido pelo Município de Ribeirão Pires sobre a execução dos serviços, a organização da sociedade civil selecionada reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa do Município de Ribeirão Pires, ficando certo que a alteração decorrente de tais competências será objeto de termo aditivo específico, ou de notificação dirigida à organização da sociedade civil parceira.

**5.7.5.** É de responsabilidade exclusiva e integral da organização da sociedade civil selecionada a utilização de pessoal para execução dos serviços, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município de Ribeirão Pires.

### **5.8. Aquisições dos Usuários:**

- a) ser acolhido em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;
- b) ter acesso a ambiente acolhedor;
- c) vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- d) ter acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades e inserção e permanência na rede de ensino;

## Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

- e) ter oportunidades de escolha e tomada de decisão;
- f) ter experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir;
- g) ter oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações.

### 5.9. Indicadores de avaliação do serviço

**5.9.1.** As ações de monitoramento e avaliação do gestor público e da Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA compreendem a verificação:

- I. do número de atendimentos correspondente às metas estabelecidas no Plano de Trabalho;
- II. da permanência da equipe de referência de acordo com os termos do presente Termo de Chamamento Público durante todo o período de vigência;
- III. das estratégias metodológicas conforme descritas no Plano de Trabalho apresentado;

**5.9.2.** Os procedimentos de monitoramento e avaliação ocorrerão por meio de:

- I. análise de dados, coletados através de instrumentos específicos, da execução das ações desenvolvidas em cada serviço;
- II. visitas técnicas *in loco*, previamente agendadas, ou não;
- III. reuniões de monitoramento, individuais e/ou coletivas;
- IV. estratégias de avaliação dos serviços junto aos usuários.

### 5.10. Equipe de Referência:

**5.10.1.** A OSC selecionada terá a obrigatoriedade de manter, selecionar e contratar de forma contínua e ininterrupta, equipe técnica multidisciplinar própria e capacitada para o desenvolvimento do serviço, segundo parâmetros estabelecidos pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, e demais profissionais necessários à execução do objeto. Dessa forma, fica estabelecida a exigência da seguinte equipe mínima de profissionais:

Cargo/Função	Formação/Perfil	Quantidade	Carga Horária
Técnico de Nível Superior	Profissional de nível superior com registro no órgão de classe, desejável experiência e conhecimento da Política de Assistência Social	01	30 horas
Coordenador	Profissional de nível superior	01	40 horas
Monitor	Nível médio	04	40 horas
Cozinheiro	Fundamental	01	40 horas
Motorista	Fundamental	01	40 horas
Auxiliar de limpeza	Fundamental	01	40 horas

Profissional Quantidade Carga Horária (semanal) Formação Educacional Forma de contratação  
Coordenador Técnico 40 horas Ensino Superior Completo, preferencialmente nas áreas: Serviço Social, Psicologia, Direito, Antropologia, Pedagogia, Sociologia e Terapia ocupacional, com experiência prévia na execução do objeto. (art. 3º da resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, do CNAS). CLT Psicólogo 40 horas com Ensino superior completo em

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

psicologia e registro ativo no conselho de classe competente, preferencialmente com experiência prévia nas atividades a serem executadas. CLT Assistente Social 30 horas com Ensino superior completo em serviço social e registro ativo no conselho de classe competente, preferencialmente com experiência prévia nas atividades a serem executadas.

### **6. AS DESPESAS DECORRENTES DO PRESENTE CHAMAMENTO CORRERÃO À CONTA DA RUBRICA:**

Recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, provenientes das seguintes fontes:

I - Vínculo Municipal - **R\$ 435.504,00** (quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quatro reais)



# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO**

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA COM ESPERANÇA DA GRANDE SÃO PAULO - ACESP

TERMO DE COLABORAÇÃO N. 032/2024

OBJETO: SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO SEGMENTO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE PARA ACOLHIMENTO PROVISÓRIO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Ribeirão Pires, 31 de Janeiro de 2024.

### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: Luiz Gustavo Pinheiro Volpi

Cargo: Prefeito

CPF: 107.716.268-51

### **AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:**

Nome: Ronaldo Omena de Lima

Cargo: Presidente

CPF: 195.301.208-69

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:**

### **PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: Michelle Mariz Nogueira

Cargo: Secretária Interina de Assistência, Participação e Inclusão Social

CPF: 297.141.918-58

Assinatura:\_\_\_\_\_

## **Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:**

### **PELA ENTIDADE PARCEIRA:**

Nome: Ronaldo Omena de Lima

Cargo: Presidente

CPF: 195.301.208-69

Assinatura:\_\_\_\_\_